

Editorial

Editorial

Neste ano de 2020 completam 55 anos do Parecer do Conselho Federal de Educação que instituiu a Pós-Graduação em Educação no Brasil (Parecer nº 977, de 3 de dezembro de 1965), relatado pelo Conselheiro Newton Sucupira, assinado por educadores reconhecidos, como Anísio Teixeira, Durmeval Trigueiro, Clóvis Salgado, Alceu Amoroso Lima, Valnir Chagas, entre outros. Em 6 de janeiro de 1966, o Parecer CFE nº 977/65 (conceituando e normatizando os cursos de pós-graduação em educação), foi homologado pelo Ministro da Educação e Cultura Flávio Suplicy de Lacerda, sendo publicado no Diário Oficial da União em 20 de janeiro de 1966. Nos termos desse Parecer CFE nº 977/65, o desenvolvimento do conhecimento e de técnicas, “[...] aconselha introduzir na universidade uma espécie de diversificação vertical e escalonamento de níveis de estudos que vão desde o ciclo básico, a graduação até a pós-graduação. Haveria, dessa forma, uma infraestrutura correspondente ao plano de ensino, cujo objetivo seria, de um lado, a instrução científica e humanista para servir de base a qualquer ramo, e outra parte teria por fim a formação do profissional, e uma superestrutura destinada à pesquisa, cuja meta seria o desenvolvimento da ciência e da cultura em geral, o treinamento de pesquisadores, tecnólogos e profissionais de alto nível”. Por sua vez, os pesquisadores da Área de Educação foram surpreendidos com a Portaria nº 1.329, de 24 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União (24 de março de 2020), assinada pelo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Cesar Pontes, definindo, como prioridade, no âmbito desse Ministério, os projetos de pesquisa de desenvolvimento e inovações voltados para as áreas de Tecnologias para o período 2020 a 2023. Nela, não há menção das áreas das Ciências Humanas e Sociais, além das áreas de Linguística, Letras e Artes. Neste ano (2020), quando se comemoram os 55 anos da institucionalização da Pós-Graduação em Educação no Brasil, os membros do Conselho Editorial da Revista Educação em Questão posicionam-se, veementemente, contra a política científica desse Ministério, que não considera as pesquisas nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, Linguística, Letras e Artes como sendo também prioritárias.

Conselho Editorial da Revista Educação em Questão